

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

CONTEÚDO:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

SALVADOR

Av. Tancredo Neves, 1632, Torre Sul, CJ 1301
Caminho das Árvores - CEP 41820-020 - Salvador - BA
Tel +55 71 3113-4530 Fax +55 71 3113-4500

SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto 130, CJ 51
Bela Vista - CEP 01331-000 - São Paulo - SP
Tel +55 11 2539-0632 Fax +55 11 2539-0633

RIO DE JANEIRO

Rua do Ouvidor, 60, CJ 701
Centro - CEP 20040-030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel +55 21 2221-9243 Fax + 55 21 2221-0032



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da:

Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda.

Examinamos as demonstrações contábeis da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

A nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis descreve incerteza relacionada com o desfecho futuro de defesas de Autos de Infração lavrados contra a Distribuidora, relativos a tributos incidentes sobre valores pagos aos seus funcionários, a título de participação nos lucros e resultados. A administração da Distribuidora e seus assessores jurídicos avaliam como possíveis as chances de êxito final, e desta forma, não constituiu provisão para desembolsos futuros, nas demonstrações contábeis do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, de acordo com prática contábil apropriada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme nota explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, um dos principais administradores da Distribuidora, é acusado em processos judiciais instaurados pelas autoridades brasileiras, não sendo praticável, nas circunstâncias, avaliar os desdobramentos desses processos e suas eventuais conseqüências nas atividades operacionais e reflexos na administração e gestão da Distribuidora. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que possam advir quando da solução final desses processos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014.

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S.S
CRC 2BA - 00710/O "S" RJ


Marcio Romulo Pereira
Contador - 1CRC RJ - 076774/O - 7



OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Balancos Patrimoniais
em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		95	89	Outras obrigações		1.100	1.280
Títulos e valores mobiliários	4	6.061	8.180	Sociais e estatutárias	6	101	114
Títulos de renda fixa				Fiscais e previdenciárias		570	877
Outros créditos				Imposto de renda e contribuição social	7	175	175
Rendas a receber	5 (a)	741	755	Folha de pagamento		-	13
Diversos		23	778	Negociação e intermediação de valores		113	38
Total do circulante		6.920	9.802	Outras obrigações administrativas		2.059	2.497
Não Circulante				Total do circulante			
Outros créditos				Não Circulante			
Depósitos judiciais	5 (b)	1.265	1.153	Outras obrigações		361	314
				Provisão para contingências - Cofins	8		
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos				Capital	9		
Outros		102	102	De domiciliados no país		3.336	3.336
Imobilizado		491	752	Reserva de lucros		2.666	5.027
Imobilizado em uso		-356	-635	Total do patrimônio líquido		6.002	8.363
Depreciação acumulada		135	117				
Total do não circulante		1.502	1.372				
Total do Ativo		8.422	11.174	Total do Passivo		8.422	11.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



Demonstrações dos Resultados para os exercício findos
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota)

	2º semestre de 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2013	2012
Receitas da intermediação financeira			
Rendas de títulos e valores mobiliários	263	552	726
Resultado bruto da intermediação financeira	263	552	726
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços (nota 10)	4.442	8.855	8.360
Despesas de pessoal	(1.291)	(2.634)	(2.841)
Outras despesas administrativas (nota 16)	(917)	(2.078)	(1.973)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(47)	(74)	(11)
Despesas de serviço técnico especializado	(116)	(257)	(245)
Despesas tributárias	(342)	(688)	(640)
Outras receitas operacionais	754	957	324
	2.483	4.081	2.974
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro e participações	2.746	4.633	3.700
Imposto de renda (nota 7)	(672)	(1.102)	(551)
Contribuição social sobre o lucro (nota 7)	(409)	(675)	(344)
	(1.081)	(1.777)	(895)
Participações estatutárias no lucro (nota 6)	(1.216)	(2.216)	(2.523)
Lucro líquido do semestre/exercício	449	640	282
Quantidade de quotas	3.336	3.336	3.336
Lucro líquido por quota	0,13	0,19	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	3.336	4.744	-	8.080
Lucro líquido do exercício	-	-	282	282
Constituição de reserva	-	282	(282)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.336	5.026	-	8.362
Mutações no exercício de 2012	-	282	-	282
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	3.336	5.026	-	8.362
Distribuição de dividendos - Ata de Reunião de Diretoria de 28.06.2013	-	(3.000)	-	(3.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	640	640
Constituição de reserva	-	640	(640)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.336	2.666	-	6.002
Mutações no exercício de 2013	-	(2.360)	-	(2.360)
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				
Saldo em 01 de julho de 2013	3.336	2.217	-	5.553
Lucro líquido do exercício	-	-	449	449
Constituição de reserva	-	449	(449)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.336	2.666	-	6.002
Mutações do 2º semestre de 2013	-	449	-	449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre /exercício	449	640	282
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciação	13	28	38
Participação nos lucros	1.216	2.216	2.523
Lucro líquido ajustado	1.678	2.884	2.843
Varição de ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	2.407	2.119	532
Outros créditos	(20)	657	(556)
Outras obrigações	(4.009)	(2.654)	(2.860)
	(1.622)	122	(2.884)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	56	3.006	(41)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Distribuição de dividendos	-	(3.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	(3.000)	-
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56	6	(41)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	56	6	(41)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	39	89	130
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	95	95	89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e exercício de 2012

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora") tem como objeto social a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários e outras atividades autorizadas, pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As operações da Distribuidora são desempenhadas em conjunto com o Banco Opportunity de Investimentos S.A.. Os benefícios resultantes das operações e o custo da estrutura operacional são avaliados em conjunto e individualmente de acordo com a razoabilidade de serem atribuídos. Assim, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as do Banco Opportunity de Investimentos S.A..

Em 07 de maio de 2013, o BACEN aceitou o pedido do Banco Opportunity S.A. para o cancelamento da autorização para operar com sua carteira comercial, de forma a atuar apenas como banco de investimento, e a consequente alteração da denominação social, passando a constar a expressão "de investimento" no seu nome, em conformidade com as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 2012. O Banco Opportunity de Investimentos S.A. não realiza mais operações com sua carteira comercial desde 31 de agosto de 2012

Em 14 de dezembro de 2012 o Banco Opportunity de Investimentos S.A. concluiu a transferência dos fundos de investimento por ele administrados para a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Como consequência destas transferências a Distribuidora renegociou com o novo administrador dos fundos o contrato de prestações de serviços de colocação de quotas de fundos de investimento, tendo como base percentuais aplicados sobre o valor da taxa de administração de cada fundo transferido, que variam entre 0,06% e 0,60%, em função do patrimônio líquido do fundo distribuído, mas limitado ao valor total máximo de R\$ 720 mensais, conforme retificação constante do 4º Aditivo ao Contrato de Distribuição. Vide nota explicativa nº 5(a), sobre a receita de prestação de serviços auferida pela Distribuidora.

Com advento da transferência dos fundos para outro Administrador, da deliberação do BACEN que aceitou o pedido para o cancelamento da autorização para operar com sua carteira comercial, a estrutura de gestão ativa da tesouraria do Banco Opportunity de Investimentos S.A, empresa líder do Conglomerado Financeiro Opportunity, foi alterada para refletir o novo posicionamento estratégico do Conglomerado.



Para isso, os recursos próprios da Distribuidora foram transferidos a um fundo de investimento denominado Opportunity Top DI FIC FI Referenciado, com administração e custódia da BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e Banco Bradesco S.A., respectivamente. Vide notas explicativas 4 e 12 sobre a alteração na estrutura de recursos próprios da Distribuidora.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Distribuidora foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de acordo com a nomenclatura e classificação padronizadas pelo COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis e aprovadas pelos órgãos reguladores.

O COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ainda não incorporou, até 31 de dezembro de 2013, todos os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos - CPC. Foram os seguintes os pronunciamentos contábeis incorporados no COSIF até 31 de dezembro de 2013:

CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas

CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro

CPC 24 – Eventos Subsequentes

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Essas demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, determinação de provisão para imposto de renda e outras provisões similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência.



b. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.068/01, do BACEN, na categoria de títulos para negociação, com o seguinte critério de contabilização:

- **Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

c. Demais ativos circulantes

Os demais ativos classificados no circulante são demonstrados ao valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos respectivos encargos e ajustados ao valor de realização.

d. Permanente

- O investimento está representado por títulos e valores imobiliários de companhias abertas que estão registrados ao valor de custo e, quando aplicável, deduzidos de provisão para perdas.
- O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: instalações, sistemas de comunicação e móveis e equipamentos em uso - 10% e sistemas de processamento de dados e de transporte - 20%.

e. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

f. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240 por ano. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor.

A Lei 11.941/09 determinou que as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.



g. Ajuste ao valor de mercado

O ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado com base em cotações de preços e agentes do mercado e em modelos de avaliação de preços usualmente adotados pelas instituições financeiras e suas associações representativas. Assim, quando da liquidação financeira desses itens, os resultados poderão ser diferentes das estimativas.

h. Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme a Resolução 3.823/09, do BACEN, que determinou a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos da Distribuidora e aqueles considerados como provável o risco de perda de ação judicial ou administrativa gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria de "títulos para negociação", apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01.

A carteira de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composta por:

Títulos para negociação	31/12/13		Vencimento	31/12/12
	Custo atualizado	Valor de mercado		Valor de mercado
Cotas de fundos de investimentos (i)	6.061	6.061	-	-
Certificados de Depósito Bancário (ii)	-	-	Inferior a 360 dias	596
Letras Financeiras do Tesouro (ii)	-	-	Superior a 360 dias	6.778
Letras Financeiras do Tesouro (ii)	-	-	Inferior a 360 dias	806
	6.061	6.061		8.180



(i) Representado por aplicação de aproximadamente 1,80% do patrimônio líquido do fundo denominado Opportunity Top DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Referenciado, que por sua vez investe aproximadamente em 99% do fundo denominado BNY Mellon Leblon Fundo de Investimento Referenciado Longo Prazo, ambos constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, com liquidez diária e administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., cuja carteira é composta por 100% em títulos públicos federais (LFT) e operações compromissadas (NTN). As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base na divulgação do valor da cota divulgado pela Administradora do fundo onde os recursos são aplicados.

(ii) Vide nota explicativa 1.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento, de acordo com a Circular 3068/01 do BACEN.

5. Outros créditos

(a) Rendas a receber

Referem-se ao contrato de prestações de serviços de colocação de quotas de fundos de investimento, firmado com os fundos de investimentos administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (administrados pelo Banco Opportunity S.A. até novembro de 2012), no valor de R\$ 741 (R\$ 731 em 2012), registrados na conta de “Receitas de prestação de serviços” e pagos diretamente pelos fundos, as quais foram liquidadas financeiramente em janeiro de 2014, e dividendos e bonificações a receber no valor de R\$ 24 em 2012.

(b) Depósitos judiciais

Corresponde ao depósito judicial no valor de R\$ 359 (R\$ 313 em 2012), referente à contingência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, conforme nota explicativa nº 8, R\$ 891 (R\$ 840 em 2012) referente à Contribuição Previdenciária - INSS incidente sobre participações nos lucros, conforme nota explicativa nº 13 e R\$ 15 referente a interposição de recursos trabalhistas no primeiro semestre de 2013.



6. Outras obrigações - Sociais e estatutárias

Referem-se à provisão para participação nos lucros dos funcionários referente ao 2º semestre de 2013 no montante de R\$ 1.100 (R\$ 1.280 em 31 de dezembro de 2012). Durante o exercício de 2013, foi provisionado o valor total de R\$ 2.216 para participação nos lucros dos funcionários (R\$ 2.523 em 31 de dezembro de 2012).

7. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim resumidos:

	2013		2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.633	4.633	3.700	3.700
Participação nos lucros	(2.216)	(2.216)	(2.523)	(2.523)
Exclusões	(770)	(770)	(1.430)	(1.430)
Adições temporárias (*)	2.853	2.853	2.551	2.551
Base de cálculo	4.500	4.500	2.298	2.298
Alíquotas nominais				
Imposto de renda e contribuição social corrente – 15%	675	675	344	344
Imposto de renda adicional - 10%	427	-	207	-
	1.102	675	551	344

(*) Corresponde, basicamente, a provisão constituída sobre participação nos lucros dos funcionários no exercício de 2013.

O saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar no montante de R\$ 570 (R\$ 877 em 2012), está apresentado líquido das antecipações por estimativas, no montante de R\$ 1.207 (R\$ 18 em 2012).

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627/13 e I.N 1.397/13, alterada pela IN 1.422/13. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. Embora existam até o momento, diversas discussões e incertezas acerca da interpretação das disposições supracitadas, a Administração entende que não haverá efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Distribuidora.



8. Provisão para contingência - COFINS

A Distribuidora questiona judicialmente a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas auferidas com prestação de serviços, bem como requereu a compensação das parcelas recolhidas no período de fevereiro de 1999 a abril de 2005. O pedido de suspensão do recolhimento foi negado e a Distribuidora passou a provisionar, por competência, as parcelas mensais desta contribuição a recolher e as deposita judicialmente, conforme nota 5 (b). Em sede de Embargos de Declaração foi publicada em 30 de maio de 2006 sentença: "(...) denego a segurança quanto ao pedido de reconhecimento de isenção e concedo parcialmente a segurança para garantir aos impetrantes o direito de recolher a Cofins a partir de 7 de fevereiro de 2005 adotando como base de cálculo apenas as receitas oriundas da prestação de serviços, bem como de proceder à compensação dos valores indevidamente recolhidos, corrigidos pela taxa selic, nos termos da Lei nº 10.637/02 (...)". Foram interpostos Recursos de Apelação pela Distribuidora e também pela Procuradoria da Fazenda Nacional, tendo, em maio de 2007, sido negado provimento a ambos os recursos. Foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Procuradoria da Fazenda Nacional, estando o Recurso Especial pendente de julgamento perante o STJ, concluso ao Ministro Ari Pargendler na Primeira Turma desde 21/09/2012.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 3.336 quotas, com valor nominal de R\$ 1, assim distribuídas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Quotistas		
Dório Ferman	3.286	3.286
Sérgio Bouqvar	11	11
Sima Esther Ferman	39	39
	<u>3.336</u>	<u>3.336</u>

b) Reserva de lucros

O saldo da conta de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 640 (R\$ 282 em 31 de dezembro de 2012) foi transferido para a conta de Reserva de Lucros, nos termos da alteração introduzida pela Lei nº 11.638/07 à redação do artigo 178 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução nº 3.605/08, do Banco Central do Brasil.



c) Dividendos

Em 28 de junho de 2013, através da Ata de Reunião de Sócio, foi deliberado e aprovado pela unanimidade dos quotistas a distribuição de dividendos, de acordo com a participação de cada sócio no capital social da Sociedade valor de R\$ 3.000, o qual foi integralmente pago em 31 de julho de 2013.

10. Transações entre partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas apresentavam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

	2013		2012	
	Ativo	Receitas (Despesa)	Ativo	Receitas (Despesa)
Rendas a receber/receita de prestação de serviços (a)	741	8.855	755	8.360

(a) Receita de taxa de administração de fundos de investimentos que eram administrados pelo Banco Opportunity S.A. e que foram transferidos para a BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A, conforme nota explicativa nº 1.

11. Instrumentos financeiros derivativos

A Distribuidora está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

12. Gerenciamento de risco

Com a transferência da gestão do caixa da Distribuidora para o fundo Opportunity Top DI FIC FI Referenciado, conforme descrito na nota explicativa 1 e 4, a Área de Riscos do Conglomerado do Banco Opportunity consolida não apenas as posições que estão registradas diretamente no balanço da Distribuidora, mas também a carteira dos fundos onde os recursos estão alocados. As regras do fundo em referência estão determinadas nas políticas de investimento e riscos, explícitas em seus regulamentos que estão disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo as mesmas mais restritivas que a política de gestão de risco do próprio Conglomerado.



A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento estão discriminadas nos relatórios anuais do Banco:

a) Risco de mercado

A administração de riscos de mercado nas operações é efetuada por meio de políticas de controle e limites definidas por um Comitê de Risco, formado pela alta administração, pelo departamento econômico e pela área de risco, que é totalmente independente das áreas de negócio do Banco e da Distribuidora. Antes da abertura do mercado, são divulgados relatórios com o cálculo do VaR (Value at Risk), por simulação de Monte Carlo e a exposição que a carteira apresenta aos principais fatores de riscos no momento. Periodicamente são efetuados testes para validar a metodologia de cálculo empregada ("back test"). O relatório de Risco apresenta ainda testes de stress de mercado e simulações de crises históricas para avaliação da alavancagem utilizada.

b) Risco operacional

O Banco Opportunity de Investimentos S.A., empresa líder do Conglomerado Opportunity, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, §2º, da Resolução nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, tornou público resumo de seu projeto de estruturação de gerenciamento do Risco Operacional.

O projeto engloba suas políticas institucionais, de processos e procedimentos, de sistemas e planos de contingência para ocorrência de eventos externos, contém, ainda, organograma inicial e final. Os riscos são geridos por uma estrutura formada por um diretor, um gerente e um grupo denominado Grupo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes reconhecidamente respeitadas, à taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação.



13. Passivos contingentes não provisionados

Os assessores jurídicos e a Administração da Distribuidora avaliam como possível as chances de êxito dos processos abaixo descritos:

(a) Em 14/10/2010, a Distribuidora teve contra si lavrados Autos de Infração de IRPJ e CSLL em razão da glosa de despesas referentes a valores pagos aos empregados, nos anos-calendário de 2006 a 2008 e 2009, a título de participação nos lucros e resultados, sob a alegação de estarem tais pagamentos em desacordo com a legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores. Os montantes, incluindo principal, multa e juros, totalizam o valor histórico de R\$ 13.512 e R\$ 3.855, respectivamente. Foram apresentadas impugnações aos respectivos Autos de Infração. No processo administrativo referente ao exercício de 2006 a 2008, em 06/03/2013 a 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso voluntário da Distribuidora, julgando integralmente improcedente o lançamento que pretendia a exigência de crédito tributário.

Tal decisão ainda não é definitiva, haja vista a possibilidade de interposição de recurso especial pela Procuradoria dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais. No momento, o processo aguarda a formalização do acórdão relativo a essa decisão e a intimação da Procuradoria. O processo administrativo referente ao exercício de 2009 encontra-se aguardando julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Ribeirão Preto desde 16 de novembro de 2011.

(b) Em 29/09/2010, a Distribuidora teve contra si lavrados Autos de Infração em razão do não recolhimento da Contribuição Previdenciária - INSS correspondente a: (i) parte dos empregados, (ii) INCRA e FNDE e (iii) parte da empresa e GILRAT; supostamente incidentes sobre os valores pagos aos seus empregados, a título de participação nos resultados, entre fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009, em agosto de 2009 e em fevereiro de 2010, sob a alegação de que teriam se dado em desacordo com a legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. Os montantes, incluindo principal, multa e juros, totalizam o valor histórico de R\$ 8.568, R\$ 1.410 e R\$ 1.165. Em 29 de outubro de 2010, foram apresentadas impugnações aos respectivos Autos de Infração. No momento, os Autos encontram-se na Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil aguardando remessa para julgamento.

A Distribuidora ajuizou duas ações ordinárias, uma pela sua empresa sede (Processo nº 0004889-76.2010.4.02.5101) e outra pela sua filial em São Paulo (Processo nº 0007440-12.2010.403.6100), com o objetivo de declarar a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei nº 8.212/91 e do art. 214 do Decreto nº 3.048/99 e o direito de não se sujeitar ao pagamento de contribuição previdenciária incidente sobre o PLR pago aos funcionários, bem como o direito de repetição e/ou compensação de valores recolhidos. No processo da empresa sede, em 24 de agosto de 2011 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da autora. Foi interposto recurso de apelação pela Distribuidora e o mesmo aguarda julgamento perante o Tribunal Regional Federal.



No processo da empresa filial, em 19/10/2011 foi disponibilizada sentença que julgou procedente o feito para declarar a legalidade do PLR firmado entre a empresa e seus funcionários e assegurou à autora o direito à restituição/compensação das contribuições à previdência, recolhidas exclusivamente sobre a distribuição de lucros resultante do referido PLR, corrigidas pela Taxa Selic e observadas as disposições da Lei nº 9.430/96. Em 15/04/2011 foi interposto recurso de apelação pela Fazenda Nacional, que permanece aguardando julgamento perante o Tribunal Regional Federal.

(c) Em 29/09/2010, a Distribuidora teve contra si lavrados Auto de Infração para cobrança de multa em razão da apresentação de Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social ("GFIP") com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as Contribuições Previdenciárias - INSS nas competências de fevereiro e agosto de 2006 a 2008. O montante, incluindo principal, multa e juros, totaliza o valor histórico de R\$ 34. Em 29/10/2010, foram apresentadas impugnações aos respectivos Autos de Infração. No momento, os Autos encontram-se na Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil, aguardando remessa para julgamento.

14. Outros assuntos legais

Um dos administradores da Distribuidora é acusado em processo judicial instaurado pelas autoridades brasileiras e não é praticável, nas circunstâncias, avaliar os desdobramentos desse processo e suas eventuais consequências nas atividades operacionais da Distribuidora. Em 7 de junho de 2011 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a ação penal que originou o processo judicial mencionado acima, em razão de ilegalidades cometidas na fase de investigação da operação policial. A Procuradoria Geral da República recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do STJ. O recurso não possui efeito suspensivo e encontra-se ainda pendente de julgamento de admissibilidade pelo STF.

As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que possam advir quando da solução final deste processo.

15. Limite operacional (Acordo da Basiléia)

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 11% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de crédito de *swaps* e sobre a exposição em ouro, e em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2013 o Conglomerado Financeiro Opportunity composto pelo Banco Opportunity de Investimentos S.A. e pela Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. estavam enquadrado neste limite operacional.



16. Outras despesas administrativas

	<u>2º sem 2013</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alugueis e condomínios	480	1.213	1.040
Despesas de depreciação	13	28	38
Serviços de terceiros	22	49	65
Viagens e estadias	56	87	40
Licença de uso de software	175	321	198
Despesas de comunicações	37	104	140
Representações e publicações	28	57	69
Despesas com energia	7	38	61
Outras despesas administrativas	99	181	322
	<u>917</u>	<u>2.078</u>	<u>1.973</u>

* * * * *